



Sustentabilidade no espaço rural: um novo paradigma organizacional – III¹

Francisco da Cunha Silva²

“Onde está a sabedoria que perdemos no conhecimento; onde está o conhecimento perdido na informação?” (T.S. Eliot)

Quais os pressupostos e fundamentos para formulação de políticas e diretrizes estratégicas capazes de resgatar a multidimensionalidade da vida humana e viabilizar uma vida rural sustentável³? Esta questão assumiu a centralidade de uma pesquisa realizada nas encostas da Serra Geral Catarinense (2002/2003) que, numa abordagem qualitativa de um estudo exploratório, entrevistou 24 pessoas nos municípios de Santa Rosa de Lima (14) e Rancho Queimado (10) ao investigar a sincronia entre categorias do paradigma paraeconômico (concebido por Alberto Guerreiro Ramos) e o modo e expectativas de vida existentes no território pesquisado.

Natureza e caracterização do paradigma paraeconômico

A ideologia da modernização representa ainda o paradigma de planejadores, formuladores de política, governos e da “ciência política” vigente no mundo ociden-

tal. Trata-se de um modelo centrado no paradigma de mercado, cuja sustentação passa a ser a busca da satisfação do interesse próprio em detrimento do bem comum e da virtude, no sentido clássico do termo. A contrapartida da ideologia da modernização é a “perspectiva multidimensional que envolva economia, ecologia e política. Isso, no fundo, é o ponto de partida da teoria do desenvolvimento sustentável” (Brüseke, 2001).

Foi a partir dessa perspectiva multidimensional que Ramos (1981a) ainda na década de 70, articulou sua teoria da delimitação dos sistemas sociais onde se insere o **paradigma paraeconômico** como um novo referencial para a “análise e a formulação dos sistemas sociais, no qual o mercado é entendido como um enclave legítimo e necessário, mas limitado e socialmente regulado”. Através de intensas e fecundas pesquisas, esse autor constatou que em sociedade alguma do passado “jamais os negócios foram a lógica central da vida da comunidade. Somente nas modernas sociedades de hoje o mercado desempenha o papel de

força central, modeladora da mente dos cidadãos”.

Ao denunciar o sistema de comunicação de massa, entende que os indivíduos estão “cedendo a influências projetadas”, perdendo “a capacidade de distinguir entre o fabricado e o real e, em vez disso, aprendendo a reprimir padrões substantivos de racionalidade, beleza e moralidade, inerentes ao senso comum” (Ramos, 1981a).

Os modelos alocativos predominantes na sociedade ocidental contemporânea são cativos de uma concepção reducionista de recursos e de produção.

Os conceitos de **produção** e de **recursos** são articulados por Ramos a partir de uma abordagem diferenciada. Para ele, a teoria ultrapassada é aquela que pressupõe a produção como apenas um assunto técnico. Na realidade a produção não é apenas uma atividade voltada ao atendimento das necessidades e desejos da sociedade, em termos de bens e serviços. Ela deve também resultar numa “criativa satisfação que os homens encontram em si mesmo”. Ou seja, deve contemplar uma dimensão ética, tendo em vista

¹Este trabalho, o último de uma série de três artigos, foi extraído da dissertação de mestrado “Políticas públicas para uma vida rural sustentável: estudo à luz da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais, de Francisco da Cunha Silva, sob a orientação do professor José Francisco Salm, Ph.D., UFSC/CSE/CPGA.

²Eng. agr., M.Sc., professor adjunto da UFSC, Florianópolis, fone: (48) 246-2818, e-mail: fcunha1943@yahoo.com.br.

³Dentre a miríade de definições de sustentabilidade, destaca-se a conceituação como um projeto de sociedade alicerçado “na consciência crítica do que existe bem como num processo de construção do futuro que leva em conta o ser humano [...] e o mundo natural” indo muito além de um certo tipo de desenvolvimento, por tratar-se de “uma força fundadora e instauradora de uma nova ordem, de um novo paradigma” (Krause, 2001).

que “como consumidor ilimitado, o homem exaure seu próprio ser”. Corresponde também a uma questão moral “em razão de seu impacto sobre a natureza como um todo. Na realidade [...] a natureza é um sistema vivo, que só pode perdurar na medida em que não se violem os freios biofísicos impostos a seus processos de recuperação”.

Ao tratar da questão dos recursos, denuncia a compreensão dominante e deformada do problema. Entende que um sadio conceito de recursos transcende à concepção inerente ao mercado. Inclui dimensões ecológicas e psíquicas, para as quais procedimentos derivados da “lei clássica de oferta e da procura não tem sensibilidade”. Desse posicionamento deriva uma abordagem sobre limites ao crescimento bem diferenciada das usuais. O conceito apropriado de recursos resulta numa certa abundância a partir de substancial capacidade produtiva que permanece ociosa, por não estar incorporada ao sistema de mercado. Preconiza uma retirada dos “antolhos conceituais (pontos cegos) inerentes aos modelos alocativos centrados no mercado” e assegura que, “do ponto de vista paraeconômico, os recursos são infinitos e não há limites ao crescimento” (Ramos, 1981a).

Os três antolhos conceituais (pontos cegos) que caracterizam o modelo político predominante segundo Ramos (1981a) são os seguintes: (a) os indicadores clássicos de desenvolvimento que privilegiam a dinâmica do mercado, tais como o PIB (contabilizando apenas os resultados da economia

formal), a taxa de urbanização, o percentual empregado no setor terciário da economia, dentre outros indicadores econométricos; (b) a redução da condição humana à identidade do indivíduo como “detentor de emprego e como comprador insaciável”; (c) a maximização das atividades do mercado direcionando as organizações e instituições para a unidimensionalização das ciências sociais (cientificismo) e a modelos de ciência e análises políticas de onde derivam “a teoria convencional da escolha pública e a atual teoria econômica”.

Torna-se assim evidente que “a disciplina econômica, marxista, clássica ou neoclássica, não oferece uma explicação cabal do processo de criação de riqueza real, principalmente porque no cálculo desta não se consideram importantes variáveis sociais” (Ramos, 1981b).

Em seu último livro – A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da Riqueza das Nações – Ramos (1981a) conceitua as categorias do **paradigma paraeconômico**: economia, isolado⁴, fenonomia⁵, anomia⁶, motim⁷ e isonomia⁸.

Essas categorias correspondem a espaços existenciais inerentes às dimensões política, social e biológica do ser humano, em sua condição de ser multidimensional.

Políticas e diretrizes para uma vida rural sustentável

A atual teoria organizacional só sobreviverá se, de forma viável, assumir bases substantivas capazes de

transcender à ideologia da sociedade de mercado.

Políticas públicas e sistemas de planejamento que estejam comprometidos com a viabilização de sistemas conviviais pressupõem dimensões e mecanismos alocativos fora do modelo centrado no mercado. Juntamente com os componentes econômico, social, cultural e político, a questão ambiental é essencial para a construção da **sustentabilidade**, que demanda o seguinte conjunto de **políticas**:

a) A satisfação das necessidades básicas do ser humano, correspondentes aos bens primaciais (necessidades) e não aos bens demonstrativos (desejos).

b) A solidariedade e o compromisso com as gerações futuras.

c) A participação dos diferentes enclaves sociais na análise e encaminhamento de soluções.

d) A preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, delimitando o caráter exauridor dos macrossistemas contemporâneos centrados no mercado.

e) A utilização da paraeconomia como modelo multicêntrico de alocação de recursos, garantindo a empregabilidade, a segurança, o respeito às diferentes culturas e outras dimensões que possibilitem uma estimulação qualitativa da vida humana.

f) Programas de educação baseados em redes, ciclos, energia solar, alianças (parcerias), diversidade e equilíbrio dinâmico, princípios ecológicos básicos relacionados à sustentação da vida.

O **paradigma paraeconômico** constitui, portanto, a alternativa para salvaguardar a vida rural da

⁴O *isolado* corresponde àqueles cidadãos que consideram o mundo social inteiramente incontrolável e sem soluções. Assumem uma atitude inflexível e impenetrável em função de um rígido sistema de crença frente aos demais membros da sociedade: um tipo peculiar de fundamentalismo e/ou dogmatismo.

⁵A *fenonomia* corresponde a um contexto social iniciado ou conduzido por um indivíduo ou pequeno grupo, em que prevalece o máximo de escolha pessoal e um mínimo de prescrições operacionais. Trata-se de um contexto para pessoas extremamente criativas que trabalham em projetos pessoais que envolvam habilidades intelectuais ou artísticas. Os critérios de natureza econômica são ocasionais à motivação dos membros de uma fenonomia.

⁶A *anomia* corresponde ao espaço no qual indivíduos desprovidos de normas e de raízes subsistem na periferia do sistema social: drogados, mendigos, indigentes, deficientes mentais e aqueles excluídos que, consciente ou inconscientemente, buscam a própria identidade ou experiências não-convencionais.

⁷O *motim* refere-se às coletividades desprovidas de normas, a cujos membros falta o senso de ordem social.

⁸A *isonomia* é um contexto que envolve pessoas que interagem em atividades que conferem aos indivíduos um sentido de missão e realização. Os processos decisórios são verdadeiramente participativos e não existe distinção entre “governantes” e “governados” (entre “nós” e “eles”). É o caso de algumas associações de pais e mestres, associações de bairros, artísticas, religiosas ou comunitárias que privilegiam estilos de vida que transcendem os padrões normativos dominantes numa sociedade movida pela economia. ▶

indiscriminada penetração do mercado, delimitando-o e possibilitando assim a construção da sustentabilidade. Neste sentido, configura-se um conjunto de sete **diretrizes estratégicas**:

- Formular políticas e alocar recursos públicos no sentido de privilegiar iniciativas voltadas à multidimensionalidade e à pluriatividade da vida no espaço rural. Isto significa contemplar as múltiplas dimensões constitutivas da condição humana: política, econômica, social e cultural. Implica também em apoiar as iniciativas comunitárias voltadas à ampliação do leque de atividades no espaço rural, tais como agroturismo, agroindústrias coloniais em rede, ensino profissionalizante, diversidade e novas alternativas de produção (dentro de princípios da agroecologia); programas de saúde à família; ampliação das oportunidades de cultura e lazer.

- Promover e criar condições para a diversidade multissetorial envolvendo ocupações agrícolas e não-agrícolas, a partir da abordagem paraeconômica de produção e recursos.

- Preservar o patrimônio natural e cultural do território como uma das formas de atender à crescente valorização das amenidades peculiares do espaço rural, tais como as paisagens, segurança, águas limpas, ar puro, tranquilidade, silêncio, comida típica, alimentos saudáveis, clima agradável, hospitalidade, estilo de vida, retorno (nostálgico) às “raízes”, religiosidade, artesanato

típico regional, manifestações folclóricas, dentre outras.

- Valorizar a produção e o consumo de produtos e alimentos orgânicos através do uso de tecnologias apropriadas. Numa primeira vertente, essa diretriz traz consigo a rejeição de agrotóxicos e de outros produtos de síntese química. Numa segunda, pressupõe a valorização do território ao ressaltar a qualidade desses produtos e vinculá-los à sua origem (com sabores, fragrâncias, formas e cores específicas), utilizando o marketing em sua conceituação abrangente.

- Estimular e apoiar espaços de convivialidade voltados à satisfação de tópicos substantivos da vida comunitária e pessoal, bem como à formação e administração de redes de cooperação, atuantes nas múltiplas dimensões da vida humana associada.

- Ampliar as oportunidades de trabalho e ocupação para jovens e idosos no espaço rural, bem como as alternativas de lazer e de valorização da cultura.

- Promover uma alavancagem institucional, no contexto das unidades familiares de produção, voltada ao processo de aprendizagem, acessando conhecimento e habilidades capazes de fazer do agricultor um pequeno empreendedor, resguardando os fundamentos da paraeconomia.

Considerações finais

O estudo exploratório identificou

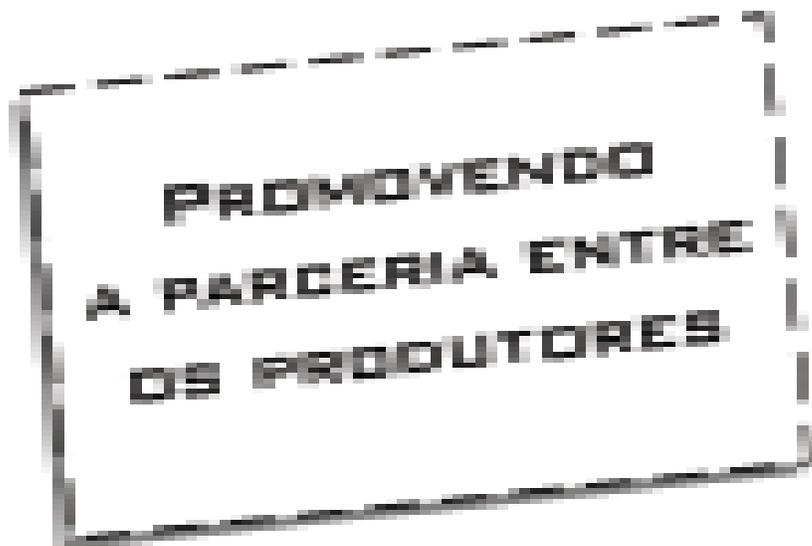
que, no território pesquisado, coexistem posições de caráter unidimensional (cativas do paradigma de mercado) e aquelas que ampliam a dimensão existencial para além do mundo exclusivamente imanente, criando assim condições para uma vida rural sustentável a partir de critérios multidimensionais inerentes ao paradigma paraeconômico. Ou seja, o estudo revela um certo grau de sincronicidade entre o paradigma paraeconômico e alguns enclaves existentes no território pesquisado, refletindo assim a perspectiva do resgate da multidimensionalidade.

Literatura citada

1. BRÜSEKE, F.J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p.29-40.
2. KRAUSE, G. Prefácio. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p.15-19.
3. RAMOS, A.G. Limites da modernização. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1979. p.11.
4. RAMOS, A.G. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1981a.
5. RAMOS, A.G. Notícia sobre a nova teoria econômica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1981b, p.5. ■



Centro de Referência em Desenvolvimento Institucional e Organizacional
Luis Alves - SC
Rua...
Fone: ...



Comportamento do clima e suas repercussões sobre a safra catarinense de grãos

Simão Brugnago Neto¹

Na área agrícola, o homem já possui razoável conhecimento e domínio sobre o manejo e a correção da fertilidade dos solos e sobre a melhoria das sementes. Este conhecimento vem sendo gradativamente incorporado pelos agricultores catarinenses, o que tem permitido, em condições normais de clima, avanços significativos na produtividade das lavouras.

No que tange ao clima, todavia, a agricultura continua, de modo geral, dependente dos “caprichos de São Pedro”. Por isso, nos últimos anos, apesar da relativa estabilização da área cultivada, a safra catarinense de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo) tem alternado momentos de boa produção com outros de frustração de expectativas.

Na safra 2002/03, por exemplo, as boas condições do clima e o bom uso de insumos permitiram que se colhesse uma produção de 6,34 milhões de toneladas, volume que representou um avanço de 29,3% em relação à frustrada safra de 2001/02.

Para a safra 2003/04, que acabou de ser colhida, as expectativas iniciais também eram auspiciosas. O bom uso de tecnologia e o clima ainda relativamente favorável à época da semeadura geravam expectativas, mesmo com algumas alterações na área cultivada, de que a produção pudesse apresentar um potencial semelhante ao do excelente resultado da safra anterior.

As condições climáticas, todavia, mostraram-se adversas ao desenvolvimento das lavouras. As

estiagens registradas no primeiro trimestre de 2004 e a ocorrência do denominado “Furacão Catarina” provocaram sensíveis perdas à produção de feijão, milho e soja e, em menor escala, à de arroz. O trigo, por ter sido colhido ainda no final de 2003, não chegou a ser afetado.

Segundo o IBGE/GCEA/SC, a produção destes cinco produtos, que em novembro de 2003 era projetada em 6,34 milhões de toneladas, teve a sua estimativa reduzida em julho de 2004 para somente 5,23 milhões de toneladas, ou seja, uma queda geral de 17,5%.

A evolução da área semeada e da produção dos cinco principais grãos produzidos no Estado pode ser visualizada na Figura 1.

Por cultura, o desempenho pode ser assim descrito:

Arroz – o Furacão Catarina atingiu com força a grande maioria dos municípios que compõem as microrregiões de Criciúma e Araranguá, provocando prejuízos que só não foram maiores porque boa parte da produção já havia sido colhida. Como decorrência destas perdas, a produção estadual de arroz, inicialmente estimada em 1,086 milhão de toneladas, caiu para 1,012 milhão de toneladas. A evolução da área e da produção catarinense nas últimas três safras pode ser visualizada na Figura 2.

Feijão primeira safra – na Região Oeste, o desempenho da produção foi razoável. Nas microrregiões de Curitibaanos e dos

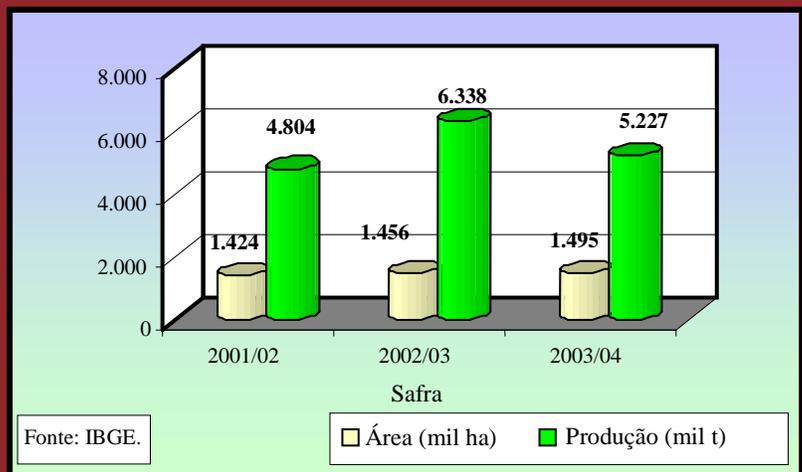


Figura 1. Área e produção de grãos das principais culturas em Santa Catarina

¹Eng. agr., Instituto Cepa/SC, C.P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (48) 239-3922, fax: (48) 334-2311, e-mail: brugnago@icepa.com.br.

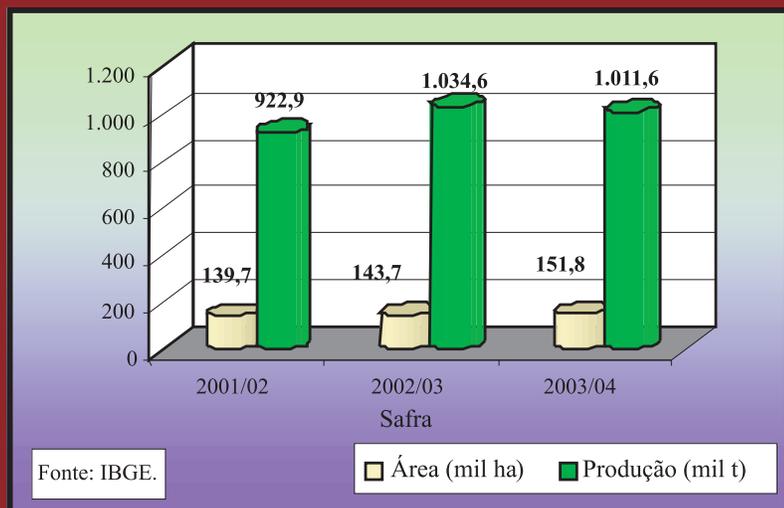


Figura 2. Área e produção de arroz em Santa Catarina

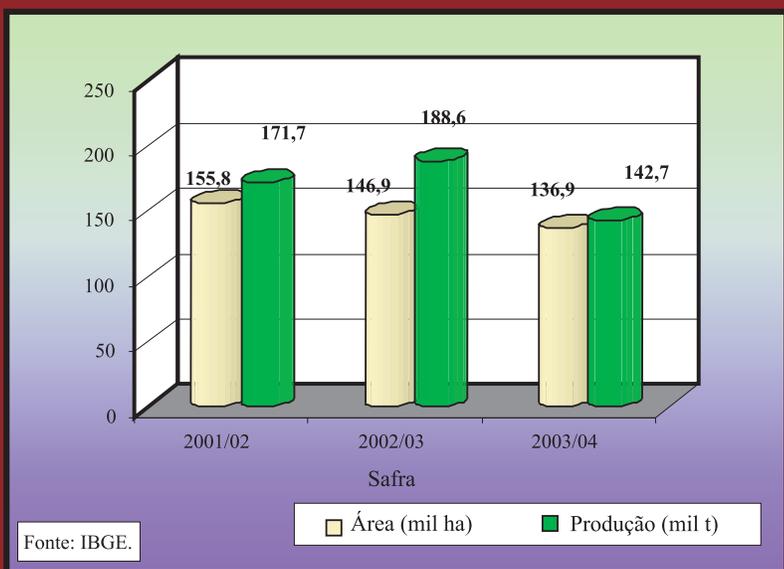


Figura 3. Área e produção de feijão em Santa Catarina

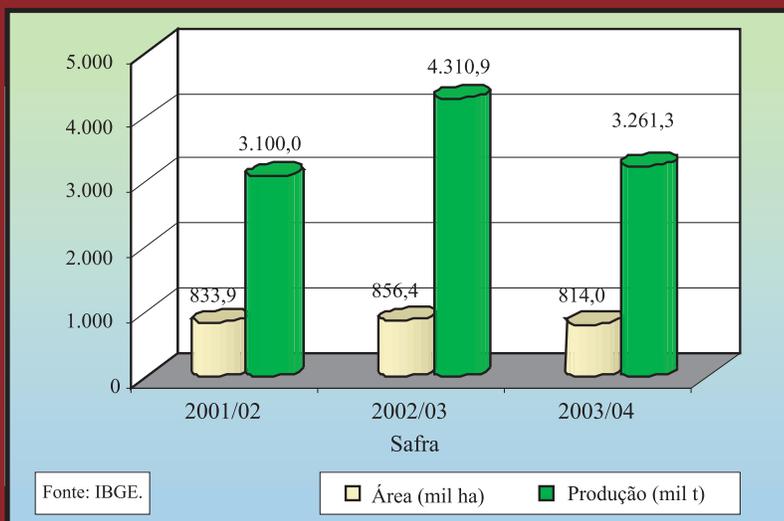


Figura 4. Área e produção de milho em Santa Catarina

Campos de Lages, onde o cultivo é mais tardio, as estiagens provocaram perdas significativas. Em razão disso e de leves prejuízos em outras microrregiões, a produção estadual caiu de um potencial de 151,4 mil para apenas 117,3 mil toneladas.

Feijão segunda safra – a falta de chuvas também prejudicou a safrinha, seja no montante da área prevista para o plantio, seja no que tange ao desenvolvimento das lavouras. A área plantada, que inicialmente se esperava em 41 mil hectares, ficou em 35 mil hectares. A produção, projetada em 43,24 mil toneladas, situou-se em apenas 29,5 mil toneladas, ou seja, apresentou um decréscimo de 31,8%.

No global das duas safras, a produção catarinense de feijão declinou de 194,6 mil toneladas previstas para 142,7 mil, ou seja, uma redução de 26,7%. Como decorrência das perdas, a produção situou-se no menor patamar das últimas três safras (Figura 3).

Milho – as estiagens afetaram não só as lavouras semeadas dentro do período tradicional (milho do cedo), mas também as que foram plantadas a partir de outubro e, especialmente, as cultivadas mais tardiamente (denominado plantio do tarde).

No somatório, os prejuízos foram da ordem de 835 mil toneladas, reduzindo o potencial da produção de 4,095 milhões para 3,26 milhões de toneladas, ou seja, uma quebra de 20,4%. Todavia, se comparado à safra anterior (4,31 milhões), o percentual se eleva para 24,1%. Apesar da queda, a produção de 2003/04 ainda ficou levemente acima da colhida em 2001/02, quando, em razão também de estiagens, a produção somou apenas 3,1 milhões de toneladas (Figura 4).

Como decorrência, o déficit estadual, que havia declinado de 1,63 milhão de toneladas em 2002, para apenas 560 mil toneladas em 2003 e que inicialmente estava previsto para aproximadamente 800 mil toneladas, voltou a aumentar para 1,32 milhão de toneladas em 2004 (Figura 5).

Soja – a falta de chuvas afetou as lavouras nas fases mais críticas de seu desenvolvimento e atingiu todas as regiões produtoras da oleaginosa.

A produção, inicialmente projetada para 822 mil toneladas e posteriormente revista para até 844 mil toneladas devido a um aumento de área superior ao previsto, situou-se em apenas 639,36 mil toneladas. Este volume, embora 10,2% inferior ao colhido na safra precedente, ainda ficou 20,6% acima da frustrada safra de 2001/02 (Figura 6).

Trigo – dos grãos, o trigo foi a única cultura que não sofreu problemas climáticos. A produção, pela boa produtividade e pelo aumento de 49,5% na área semeada, situou-se em 172 mil toneladas, registrando um avanço de 87% em relação à safra precedente e de 115,3% em relação ao volume colhido em 2001/02 (Figura 7).

A comercialização apresentou no primeiro semestre de 2004 um comportamento variável, tendo se mostrado favorável para o arroz, o milho e especialmente a soja e desfavorável para o feijão e o trigo. Em termos nominais e considerando os preços recebidos pelos produtores nos meses de maior comercialização (transcorrer do primeiro semestre), os do arroz cresceram 19,5%, os do feijão apresentaram um declínio médio de 28,4%, os do milho cresceram 5,9%, os da soja, 31,6% e os do trigo caíram 25,3%.

Como consequência do expressivo decréscimo da produção e do recuo dos preços do feijão e do trigo, o Valor Bruto da Produção (VBP) dos cinco produtos analisados caiu 4,5%, declinando de R\$ 2,516 bilhões em 2003 para R\$ 2,337 bilhões em 2004. Todavia, se comparado ao VBP de 2002, quando além da frustração da safra a comercialização também não havia sido das mais favoráveis, ocorreu avanço de quase 77% (Figura 8).

No contexto geral, de qualquer forma, pode-se afirmar que, embora tenha ocorrido aumento dos custos de produção, os resultados monetários não foram tão negativos quanto à quebra da safra poderia pressupor.

Vale salientar, todavia, que esta é uma análise que reflete apenas a média da situação geral do Estado e não espelha a situação daqueles produtores que, isoladamente, sofreram prejuízos bem mais significativos em termos de produção e, por consequência, de renda.

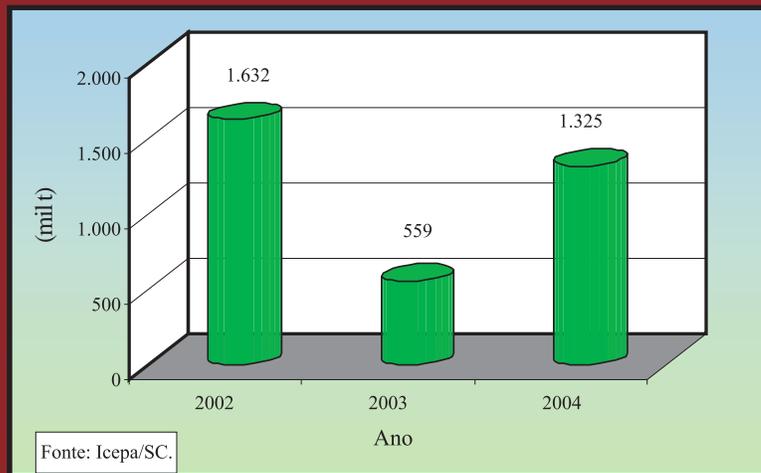


Figura 5. Evolução do déficit de milho em Santa Catarina

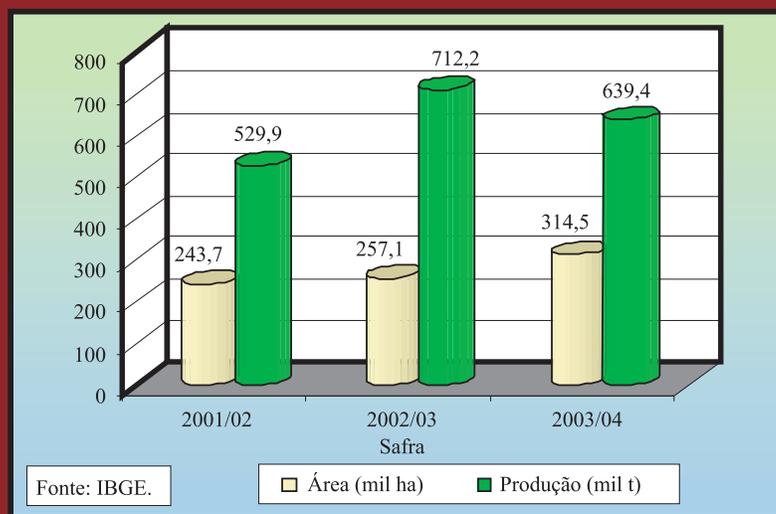


Figura 6. Área e produção de soja em Santa Catarina

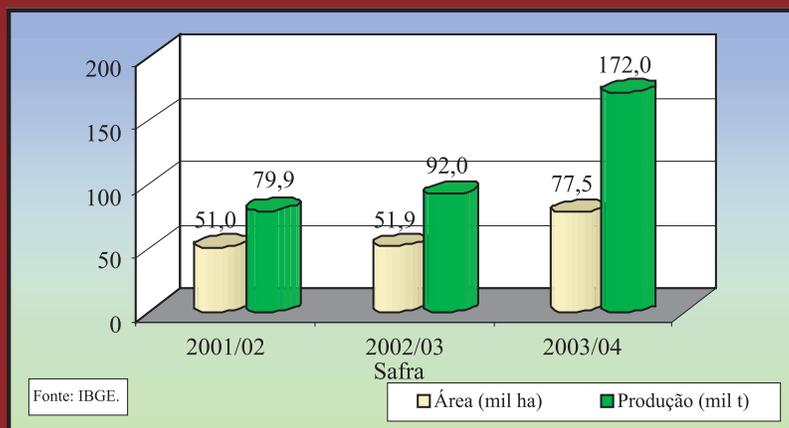


Figura 7. Área e produção de trigo em Santa Catarina

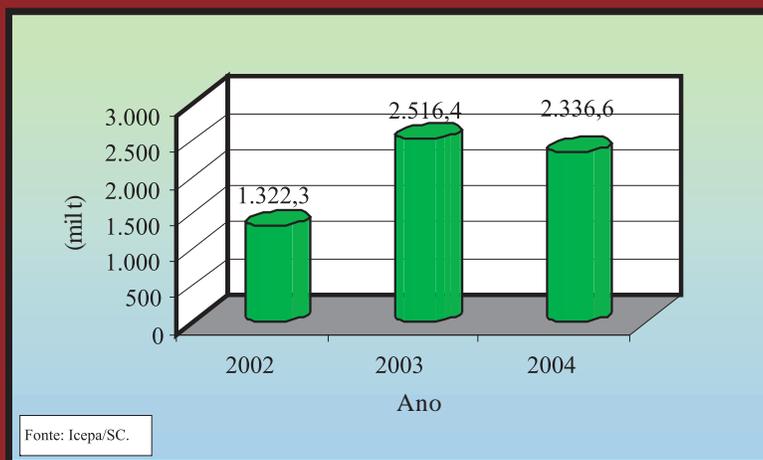


Figura 8. Evolução do VBP dos grãos em Santa Catarina

Para a safra 2004/05, cujo plantio está em desenvolvimento, a primeira estimativa do IBGE/GCEA/SC apontou para o seguinte cenário:

No caso do arroz, a perspectiva é de aumento de área, de 151,8 mil para cerca de 154,2 mil hectares. Com essa área e clima favorável, a produção poderá crescer cerca de 8% e atingir 1,1 milhão de toneladas.

Para o feijão da primeira safra, em razão da má comercialização e dos problemas de produção deste último ano, a área deverá cair de

101,8 mil para cerca de 88,6 mil hectares. Apesar dessa redução, em situação normal de clima, a produção poderá passar para a faixa de 139 mil toneladas, o que representaria um incremento de aproximadamente 35%.

O milho, devido ao bom desempenho da comercialização da soja no primeiro semestre de 2004, deverá ceder pequena parcela de área para a oleaginosa. Estima-se, portanto, que a área caia dos 816 mil hectares plantados na última

safra para algo próximo de 810 mil hectares. Apesar disso, se não houver problemas com o clima, a produção estadual poderá situar-se na casa dos 4,1 milhões de toneladas e acusar um crescimento em torno de 24%.

Com relação à soja, as indicações são de que a área evoluirá de 314,5 mil para cerca de 340 mil hectares. Em condições normais de produtividade, a produção poderá passar para a faixa de 918 mil toneladas, volume que representaria um incremento de 43% em relação à frustrada safra de 2003/04.

Para o trigo, cuja safra está em fase final de desenvolvimento, a área cresceu de 77,5 mil para 86 mil hectares (avanço de 10,9% em relação à safra anterior); a produção está sendo estimada em 189,8 mil toneladas, com incremento de 10,4% em relação à de 2003.

Portanto, embora a projeção ainda seja preliminar, não se descarta a possibilidade de a produção catarinense dos cinco principais grãos voltar a situar-se próximo ou até acima dos 6,34 milhões de toneladas colhidos na safra 2002/03. ■

Para que o seu projeto saia do papel, é fácil. Fale com a Fundagro.

Quem trabalha no setor agropecuário precisa de apoio. A principal especialidade da Fundagro é a parceria. Além de viabilizar projetos tecnológicos, ambientais e de extensão rural, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável sabe valorizar as boas idéias.

Se você quer que a sua idéia receba atenção especial, converse com a gente.

Visite nosso site: www.fundagro.org.br



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Santa Catarina

Declarada de Utilidade Pública Estadual - Projeto de Lei nº 0412/03 e Municipal - Lei nº 5221/97

Rodovia Admar Gonzaga, 1.188, Itacorubi
88034-901 Florianópolis, SC
Fone: (048) 239-8090/334-0711